

POTENCIAL DE INDICAÇÃO GEOGRÁFICA DO SISAL NA BAHIA

Acácia Batista Dias¹; Adaiane Lopes Cunha¹; Adriana Oliveira da Silva²; Ildes Ferreira de Oliveira¹

¹Universidade Estadual de Feira de Santana, UEFS, Feira de Santana, BA, Brasil. (acaciabatista02@gmail.com)

²Fundação de Apoio à Agricultura Familiar do Semiárido da Bahia

Rec.: 12.10.2014. Ace.: 08.03.2015

RESUMO

Este artigo apresenta o estudo de viabilidade do potencial de Indicação Geográfica do sisal, cultivado e beneficiado no Território de Identidade do Sisal. O cultivo, a extração e o beneficiamento da fibra permitem a absorção dos trabalhadores rurais, exercendo assim uma importante função social nos municípios que compõem o território. A produção do sisal proporcionou notoriedade e identidade ao local, no qual se observa um procedimento singular do saber-fazer em diferentes etapas da cadeia produtiva. Dentre os atores sociais, envolvidos nesse processo, a APAEB se destaca através do desenvolvimento de ações que permitem maior agregação de valor ao sisal e o fortalecimento do processo produtivo, fomentando a economia local. Os aspectos analisados demonstram que o Território reúne os pré-requisitos para a solicitação do pedido de IG.

Palavras chave: Indicação Geográfica. Cadeia Produtiva. Sisal.

ABSTRACT

This article presents a feasibility study of the potential of sisal Geographical Indication, grown and processed in the Sisal Identity Territory. The cultivation, extraction and processing of the fibre boost rural employment, thereby performing an important social function in the municipalities that make up the territory. The production of sisal gives notoriety and identity to the place, which shows a unique expertise in different stages of the production chain. Among the social actors involved in this process, APAEB stands out by implementing actions that add greater value to the product and strengthen its productive process, stimulating the local economy. The aspects analysed demonstrate that the Territory possesses the prerequisites to request an IG.

Keyword: Geographical Indication. Production Chain. Sisal.

INTRODUÇÃO

As Indicações Geográficas (IGs) são ferramentas de proteção de produtos e serviços com base em alguns aspectos como a notoriedade do centro de produção/extração/fabricação, o processo do saber-fazer que imprime a sua singularidade ao produto, e as características derivadas do meio geográfico e dos fatores humanos e naturais. Esses elementos estão definidos pela Lei de Propriedade Industrial nº 9279/96, com especificações sobre as condições para o registro atualizadas na Instrução Normativa nº 25/2013.

No Brasil, observa-se um crescimento do debate sobre as IGs, particularmente em instituições de ensino e pesquisa, marcado por análises e avaliações de registros vigentes, estudos prospectivos e de viabilidades, além da sua inserção e manutenção na dinâmica do mercado, e seu rebatimento no desenvolvimento local e/ou territorial. Caldas (2013) problematiza tal questão e ressalta a necessidade de “reconhecer a tendência do aumento do interesse dos países em adotar o sistema de indicação geográfica como diferencial de competitividade” e os possíveis desdobramentos dentro de uma lógica capitalista.

Ao processo de IG é sempre referido à agregação do valor ao produto e o fortalecimento da sua cadeia produtiva, com atenção a todas as etapas da produção e aos distintos atores e agências sociais e econômicas envolvidas no processo. Entretanto, em última instância, é o formato socialmente construído da IG que pode garantir ações em prol de um patrimônio coletivo ou a ocorrência de um efeito de exclusão, com privilégios para um pequeno grupo de produtores (NIEDERLE, 2013).

O conteúdo deste texto é parte de um projeto apoiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB), que objetiva a solicitação da IG do sisal da Bahia. O estudo aqui apresentado visa à identificação do potencial de Indicação Geográfica do sisal cultivado e beneficiado no Território de Identidade do Sisal. A titularidade das indicações geográficas é, em regra, coletiva, considerando que o INPI concedeu a legitimidade para a solicitação do registro a associações, institutos ou pessoas jurídicas que representem os produtores ou prestadores de serviço (LOCATELLI, 2008). Dessa forma, estabeleceu-se uma parceria com a Associação de Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região Sisaleira – APAEB-Valente e com a APAEB-Sisal (fábrica de tapetes e carpetes de sisal), a qual será a titular da solicitação da IG. A APAEB surgiu em 1980, com objetivo de eliminar a figura do atravessador, indivíduo que comprava o sisal na zona rural e vendia nas batedeiras localizadas nas cidades e para tal implantou uma unidade de beneficiamento, iniciativa esta que propiciou a agregação de valor ao sisal e motivou a construção de uma fábrica de tapetes e carpetes, em 1996, a qual tem promovido um grande diferencial na região. Os produtores que comercializam a fibra através da APAEB, sem a presença dos atravessadores, obtêm uma renda de até 40% a mais em relação àqueles que são obrigados a recorrer aos intermediários.

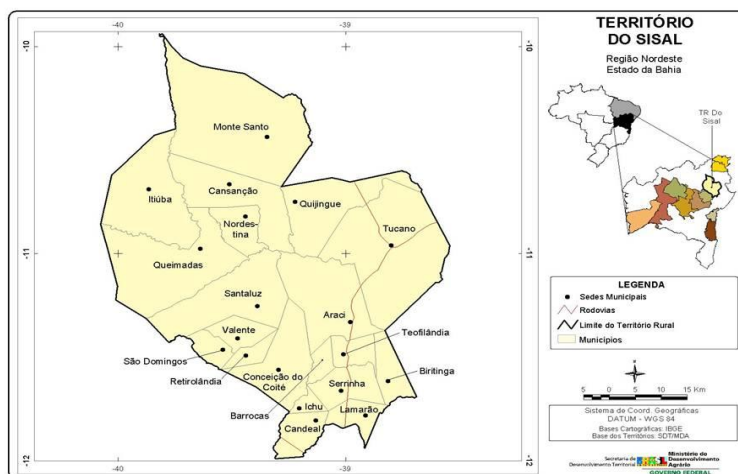
METODOLOGIA

Foi realizado um levantamento histórico-cultural da região, identificando a importância da cultura do sisal na formação e estruturação de municípios. O desenvolvimento do processo produtivo e seus principais entraves foram analisados no registro da cadeia produtiva do sisal. O trabalho em parceria com a APAEB revelou condições edafoclimáticas da região propícias à produção do sisal e sua capacidade de resistir aos constantes períodos de estiagem, constituindo-se, em muitas situações, na única fonte geradora de trabalho e renda, seja através da extração da fibra, seja por se constituir, nos momentos mais críticos, em campos de pastagens para rebanhos, ou ainda por fornecer a mucilagem amplamente utilizada na alimentação dos animais. Durante o trabalho de campo foram realizadas filmagens e conversas informais com produtores, observação direta, marcação da área através de GPS e registro fotográfico.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Sisal é uma fibra extraída das folhas do agave sisalana, originário da península de Yukatan, no México, e que por volta de 1910, foi introduzido no Nordeste do Estado da Bahia, onde encontrou o clima e solo favoráveis a seu desenvolvimento. O cultivo do sisal teve uma importância particular na Região Sisaleira da Bahia, a qual inicia sua configuração a partir da década de 1930, e hoje é denominada Território do Sisal (SANTOS; SILVA; COELHO NETO, 2011). Este território é formado por 20 municípios baianos: Araci, Barrocas, Biritinga, Candeal, Cansanção, Conceição do Coité, Ichu, Itiúba, Lamarão, Monte Santo, Nordestina, Queimadas, Quijingue, Retirolândia, Santa Luz, São Domingos, Serrinha, Teofilândia, Tucano e Valente - todos inseridos na região do semiárido (Figura 1).

Figura 1 - Mapa do Território do sisal



Fonte: MDA, 2010.

Só na década de 1960 é que a Bahia se torna líder nacional na produção da fibra, até então sob a liderança do Estado da Paraíba. O plantio comercial do sisal foi responsável pela intensificação do povoamento da região Nordeste e centro norte do Estado da Bahia, influenciando o surgimento de municípios como Araci (1956), Valente (1958) e Ichu (1962) (NASCIMENTO, 2008). A cultura do sisal suporta períodos prolongados de seca e elevadas temperaturas, características próprias da região aqui referida. A sua produção se desenvolve predominantemente através da agricultura familiar, com baixo nível tecnológico no processo produtivo (plantio, colheita, desfibramento e beneficiamento); há ainda um sub-aproveitamento do produto concentrado na fibra, o que equivale a 4% do potencial da planta. Embora outras formas de uso já tenham sido identificadas, falta investimento para a sua implementação. Alguns dos usos são mais simples, como a mucilagem (reconhecida recentemente pela CONAB) na forma de complemento alimentar para rebanhos bovinos e caprinos; a bucha, como adubo orgânico e o suco, que é rico em ecogenina, fármaco que serve como medicamento e pode ser utilizado como bioinseticida, no controle de lagartas, de nematóides e carrapatos, como sabonete e pasta cicatrizante (ALVES; SANTIAGO, LIMA, 2005).

A cadeia produtiva do sisal é formada pelo cultivo da planta, desfibramento da folha, beneficiamento da fibra e sua industrialização, demanda assim mão de obra e proporciona distribuição de renda à população dessas áreas que possuem restrições quanto à possibilidade de diversificação de cultivos, devido às condições de solo e clima. Os últimos anos têm sido marcados

por um declínio nas áreas plantadas em razão do baixo valor pago pela fibra, da competição com os fios sintéticos, do alto custo de produção, da ausência de investimentos em tecnologias para melhor aproveitamento da colheita e do processo de desfibramento com maior segurança para os trabalhadores rurais, além de longos períodos de estiagem.

O processo de produção, incluindo beneficiamento e comercialização, integra diversas etapas de trabalho: plantio, processamento da fibra, artesanato e industrialização, todas circunscritas ao Território do Sisal. Propicia, assim, a inserção diversificada de mão de obra e potencializa a economia local. A cadeia produtiva do sisal, pela forma de organização, dinamiza os espaços rurais e urbanos dos municípios, uma vez que o primeiro momento de beneficiamento ocorre na zona rural, nos campos de sisal, áreas onde ficam os motores conhecidos como máquinas paraibanas (Figura 2) e ocorre o processo de desfibramento, seguido da etapa em que se estendem as fibras para secagem (Figura 3), as quais deverão permanecer ao sol por 8 a 10 horas.

Figura 2 - Motor de sisal



Figura 3 - Processo de secagem das fibras



Fonte: CUNHA, A.; SILVA, A. Campo de sisal, Valente, jun/ 2013.

Quando as folhas atingem o comprimento de aproximadamente 1,20 a 1,40m são cortadas, no próprio campo. As operações de corte, enfeixamento, transporte e desfibramento devem ser sincronizadas, de modo que as folhas cortadas sejam beneficiadas no mesmo dia, para evitar o murchamento, o que dificulta o desfibramento e causa depreciação da fibra. A forma mais comum de transporte das folhas do campo para a máquina desfibradora é através do jumento, o qual tem capacidade de transportar aproximadamente 200 folhas por viagem, pesando em torno de 100 a 130 kg. No Território do Sisal, o desfibramento é realizado por meio da máquina “paraibana”, inventada na década de 1950. Esta máquina desfibra em torno de 150 a 200 kg de fibra seca em um turno de 10 horas de trabalho, desperdiçando, em média, 20 a 30% da fibra. Entretanto, o maior problema do seu uso é a falta de segurança, sendo comum registro de casos de acidentes que resultam em graves mutilações de dedos, mãos e mesmo parte do braço. A máquina funciona em alta velocidade, obrigando o operador a aproximar as mãos das engrenagens para introduzir as folhas do sisal e puxá-las já beneficiadas.

O inventor popular Faustino Silva tem se dedicado à busca de alternativa tecnológica para o sisal, com invenções das máquinas conhecidas como Faustino 1, 2, 3 e 4, que anunciam possibilidades, entretanto não resultaram ainda em projeto efetivo. No atual momento, vigora o projeto de produzir uma máquina automatizada, que solucionaria o grande problema da falta de mão de obra, mas não pode ser efetivado por falta de apoio.

A atividade de desfibramento é itinerante e o motor é deslocado por animais de carga sempre que a distância entre a área de sisal e a máquina compromete a eficiência do processo. Segundo a gerência administrativa da APAEB, não há organização ou regra para tal procedimento. Um dono de motor pode passar de um a seis meses no mesmo lugar, ou ficar em um lugar fixo por muito mais tempo, a depender da quantidade disponível de sisal pronto para o corte. No caso de propriedades maiores e mais ocupadas, enquanto ocorre o corte e o desfibramento de uma parte da área plantada, na outra a planta já se aproxima do tempo de corte, não sendo necessário fazer a mudança do motor para outra propriedade.

Durante a pesquisa de campo no município de Valente, foi possível constatar que as plantações de sisal, desde as mais antigas até as mais recentes, foram feitas através do sistema tradicional de plantio em fileiras simples, composto por espaçamento de 2,0 x 1,0m, com uma população de 5000 plantas/ha, para facilitar a circulação do rebanho bovino e ovino, pois o sisal é muito utilizado como alimentação animal, principalmente durante os longos períodos de estiagens, o que tem resultado em uma forte decadência na qualidade e quantidade de áreas plantadas em alguns municípios da região.

Após essa etapa no espaço rural, a fibra do sisal é transportada para as cidades ou povoados, nos diversos municípios onde, nas batedeiras, recebe o segundo beneficiamento e posteriormente é encaminhado para a fase seguinte de beneficiamento nas indústrias. Em 1984, APAEB implantou a primeira Batedeira Comunitária (central de beneficiamento) no município de Valente, sendo este considerado o primeiro resultado prático das intenções de intervir diretamente na cadeia produtiva do sisal. A proposta consistia no aumento do poder de barganha do produtor junto aos compradores, bem como a eliminação da influência dos atravessadores no processo de venda do sisal que sempre abocanhavam parte significativa dos resultados financeiros. O funcionamento desta Batedeira assegura que os maiores beneficiados sejam os pequenos produtores, combatendo assim, a exploração dos mesmos pelos compradores das batedeiras particulares, que pagam preços muito baixos. Esse órgão atua também como regulador de preços, e promoveu a valorização do preço do sisal.

O processo realizado nas batedeiras consiste no beneficiamento do sisal; o tratamento da fibra resulta em subprodutos que também tem valor econômico: o resíduo, a bucha, o pó e o sumo. Porém, esses subprodutos ainda carecem de um aproveitamento em escala industrial ou comercial. Em junho de 2013, a batedeira da APAEB que funcionava em outro espaço na cidade de Valente foi transferida para o mesmo local de funcionamento da fábrica de tapetes e carpetes, a fim de agregar todo o processo de beneficiamento do sisal e diminuir gastos adicionais. O principal emprego do agave reside no aproveitamento integral das fibras estruturais contidas nas suas folhas, de ampla utilização na indústria de cordas, tapetes, capachos e carpetes.

A fábrica ocupa 5.800 m² de área construída, numa área total de 30.000 m²; sua implantação provocou impactos positivos sobre todos os setores da economia local, a partir do aumento de oferta de emprego e geração de renda, particularmente no aquecimento do comércio e da economia local. A trajetória da fábrica começou com as iniciativas dos próprios agricultores associados à APAEB, que conseguiram fazer os investimentos iniciais e promover a expansão do empreendimento ao longo do tempo, valorizando tanto a estrutura quanto as pessoas (capacitação e profissionalização da gestão). Esses investimentos foram financiados pelo Banco do Nordeste, mas também por Organizações Não Governamentais e por recursos próprios da Associação. Atualmente, a fábrica é autossustentável, tendo seus lucros reinvestidos na modernização de suas atividades, aumento da capacidade, treinamentos etc. A gerência administrativa da fábrica informa que os objetivos gerais da indústria a curto e médio prazos consistem no aumento da produtividade e da renda dos produtores, além da promoção à escolarização e capacitação dos funcionários, a satisfação dos clientes, e a diminuição do desperdício, entre outros. A aquisição da máquina Tubeteira Espiral para

a fabricação dos tubos de papelão utilizados no setor de expedição para a montagem dos rolos de carpetes propiciou uma redução de custos de produção.

As principais dificuldades enfrentadas pela fábrica são a conquista de novos mercados compradores, já que 75% da produção atual são destinadas para a região Sudeste do Brasil e em torno de 25% são exportados para os Estados Unidos e Europa; a manutenção dos empregos durante os tempos de crise e a captação de recursos no mercado. Apesar disso, as perspectivas para o futuro são boas, com a valorização crescente da fibra natural no mercado, a conquista de novos mercados, principalmente internacionais, além da perspectiva de agregar maior valor à produção com a aquisição recente de uma nova máquina de emborrachar os tapetes, etapa que até então era realizada em fábricas da Europa, o que contribuía para um grande aumento dos custos e que atualmente está sendo realizado pela própria APAEB contribuindo positivamente na agilização do processo industrial da fábrica. A expectativa do deferimento da IG também aparece como um diferencial positivo, sobretudo frente ao mercado internacional.

Durante a pesquisa de campo, dialogou-se sobre os reflexos da crise mais recente causada pelas estiagens (2012/2013) que castigaram a região nos últimos anos, fato que ocasionou a demissão de funcionários no primeiro trimestre de 2013 abrangendo quase todos os setores da fábrica. Contudo, é perceptível a importância da APAEB para a população mais carente, pois, para muitos funcionários é o primeiro emprego com carteira assinada. A fábrica chegou a processar, anualmente, 2,5 mil toneladas de fibra de sisal, com o funcionamento em dois turnos, gerando em torno de 600 empregos diretos e produzindo cerca de um milhão de m² de tapetes e carpetes por ano. Atualmente a fábrica gera 217 empregos diretos e mantém o seu funcionamento em apenas um turno, com uma redução visível das encomendas provenientes quase exclusivamente da região Sudeste do Brasil e uma menor parte para os Estados Unidos e Europa, como anteriormente informado.

O Brasil é, mundialmente, o país que mais produz e exporta a fibra do sisal. Em 2011, a produção interna foi de 111 mil toneladas e a Bahia produziu 95,8% deste total, seguida dos estados da Paraíba (3,5%), Ceará (0,4%) e Rio Grande do Norte (0,3%). Cerca de 80% da produção é comercializada para aproximadamente cem países (CONAB, 2012).

As expectativas são favoráveis em relação à demanda por essa fibra, haja vista a crescente procura por produtos naturais e sua relação com a preservação ambiental, além da possibilidade de utilização dos subprodutos do sisal como compósitos, em substituição à fibra de vidro e o cimento amianto. O SENAI/CIMATEC de Salvador conta com protótipos de cadeiras e mesas produzidos com compósitos de sisal e há um diálogo com a FORD/Bahia com vistas à introdução do produto na fabricação de automóveis. Dessa forma, as indústrias automobilística, civil, moveleira e aeronáutica são espaços potenciais para aproveitamento da planta e seus derivados. Esse é um dos objetivos dos diversos atores sociais vinculados à cultura do sisal: produtores, associações/cooperativas, sindicatos, movimentos sociais, poder público local e empresas.

CONCLUSÃO

Esse trabalho possibilitou a verificação da potencialidade do cultivo do sisal e a sua identidade cultural e histórica com a formação da Região Sisaleira da Bahia, denominação por muito tempo utilizada para designar o local. Apesar dos benefícios que a atividade oferece aos municípios produtores do sisal ou àqueles que apenas o beneficiam e comercializam, o setor enfrenta sérios problemas tecnológicos no processo de exploração, o que gera baixa produtividade e remuneração, e conseqüentemente falta de estímulos para os produtores e trabalhadores da área. A cadeia produtiva do sisal absorve mão de obra em todas as suas etapas, mas as atuais condições de trabalho e a crise provocada pela estiagem tem desestimulado a população jovem quanto à sua inserção

nesse processo. Os trabalhadores/as do sisal enfrentam precárias condições traduzidas em atividades realizadas a céu aberto, ruído excessivo das máquinas desfibradoras, alta concentração de poeira e absoluta insuficiência de equipamentos de proteção individual. Tudo isso agravado pela ausência de vínculo empregatício e pela excessiva jornada de trabalho, vulneráveis aos riscos que atingem a sua segurança e saúde, perceptíveis nos quadros de problemas respiratórios e auditivos, doenças do aparelho locomotor pelos movimentos repetitivos, exposição às intempéries, picadas de animais, ferimentos decorrentes do espinho da planta e de instrumentos cortantes e acidentes de trabalho causados pelas máquinas.

A estrutura produtiva nos campos de sisal e nas bateadeiras do setor privado, de forma geral, caracteriza-se por apresentar baixa remuneração para os trabalhadores; tecnologia rudimentar (cultivo/colheita/desfibramento); predominância de mão de obra familiar; contratos verbais, precariedade das condições de trabalho, segurança, saúde e saneamento básico aliado à fragilidade de organização dos trabalhadores e ao descompasso entre as ações governamentais e as demandas sociais existentes. Dessa forma, a possibilidade de revitalização do cultivo da planta, aliada a maior participação das associações e sindicatos rurais e demais entidades da sociedade civil organizada favorece mudanças para a configuração de um quadro satisfatório.

As etapas da construção da solicitação da Indicação Geográfica do sisal foram realizadas junto à APAEB, aos produtores rurais, aos representantes do poder local e membros de entidades e órgãos vinculados à cultura sisaleira. O trabalho buscou incentivar e dar suporte aos produtores de sisal, através da APAEB-Valente, e a se organizarem para agregar mais valor ao produto, tornando-o mais confiável e competitivo no mercado, ressaltando as características que conferem ao sisal produzido neste Território uma identidade própria, bem como a preservação do patrimônio da região.

Vale ressaltar que até o ano de 2012, quando este estudo foi iniciado, em termos de IGs na Bahia, havia apenas o registro concedido para as uvas de mesa e mangas do Vale do Submédio São Francisco (parceria entre os estados de Pernambuco e Bahia) e a solicitação em curso da Cachaça de Abaíra, na microrregião da Chapada Diamantina (CARVALHO; DIAS, 2012). Contudo, a perspectiva é de aumento das solicitações no estado, haja vista algumas iniciativas de fomento para esse fim, a exemplo do Edital lançado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB) para fomento às IGs, a criação do Fórum Baiano de Indicação Geográfica e Marcas Coletivas, capitaneada pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), e estudos de potenciais e viabilidades realizados pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE)/BA. No mês de julho do corrente ano, foi depositado o pedido de Indicação de Procedência do café do Oeste da Bahia e outras solicitações estão em fase final de elaboração.

REFERÊNCIAS

ALVES, M. .O.; SANTIAGO, E. G.; LIMA, A. R. M. Diagnóstico socioeconômico do setor sisaleiro do Nordeste Brasileiro. **Série Documentos do ETENE**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2005.

CALDAS, A. S. Indicações Geográficas: marco regulatório e distribuição espacial. In: CALDAS, Alcides S. et. al. **Gestão do Território e Desenvolvimento: novos olhares e tendências**. Salvador: JM Editora, 2013. p.127-152.

CARVALHO, G. R.; DIAS, A. B. Indicação Geográfica no Território do Sisal na Bahia: possibilidades e perspectivas. **Revista GEINTEC: gestão, inovação e tecnologias**. v. 2, n. 4, p. 365-377. Edição Especial, 2012.

CONAB. Companhia Nacional de Abastecimento. **Conjuntura Especial**. Sisal – safra 2012/2013: comercialização – proposta de ações. Disponível em <http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/12_10_29_11_45_31_sisal2012.pdf>. Acesso em: 15 set. 2014.

LOCATELLI, L. **Indicações Geográficas: a proteção jurídica sob a perspectiva do desenvolvimento econômico**. Curitiba: Juruá, 2008.

NASCIMENTO, H. M. A convivência com o semiárido e as transformações socioprodutivas na Região do Sisal – Bahia: por uma perspectiva territorial do desenvolvimento rural. **Campo-Território: revista de geografia agrária**, v. 3, n. 6, p. 22-44, ago. 2008.

NIEDERLE, P. A. Indicações Geográficas e processos de qualificação nos mercados agroalimentares. In: NIEDERLE, Paulo A. (org.). **Indicações Geográficas: qualidade e origem nos mercados alimentares**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, p.23-53, 2013.

SANTOS, E. M. C.; SILVA, O. A.; COELHO NETO, A. S. **Gente ajudando gente: o tecido associativista do Território do Sisal**. Feira de Santana: UEFS Editora, 2011.